

Nicolau de Cusa, *‘O Poder-é’ seguido de ‘Compêndio’ e ‘O Cume da Teoria’*. Tradução, introdução e notas de João Maria André, Edições 70 (Textos Filosóficos, 90), Coimbra, 2025, 204pp. ISBN: 978-972-44-2904-5.

Pensador colossal e intrigante, Nicolau de Cusa (1401-1464) continua a ser, indiscutivelmente, um filósofo vivo posto que alguns dos núcleos e lições do seu pensar comportam ainda uma inegável atualidade. A “coincidência dos opostos”, em primeiro lugar, tema da sua obra mais conhecida, *A Doutra Ignorância* (1440) – que os leitores portugueses podem precisamente ler na tradução de João Maria André publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian em 2003 – acolheu e fez avançar um dos mais extraordinários achados concetuais para se pensar e falar de Deus, Aquele cujo nome é digno de ser cuidado; segundo a tradição hebraica:

לֵא תִשָּׂא אֶת־שֵׁם־יְהוָה לְעֵינֶיךָ לְשָׂנֵא

que se deve ler:

“Io [Não] tissá [usará] etsem Ihaveh [o nome de Javé] eloheka [teu Deus] lashav [em vão]” (*Ex.* 20,7).

(O emprego da grafia hebraica, tal como adiante a do grego, quer apenas evidenciar duas importantes referências linguísticas de Nicolau de Cusa, que, todavia, escreveu em latim e devia exprimir-se vulgarmente em *Älteres Frühneuhochdeutsch*.) “Falar de Deus” – um tema que, independentemente das convicções de cada um de nós, jamais perderá atualidade e pertinência; e, de seguida, tematizá-lo no quadro de uma proposta designada “coincidência dos opostos” – eis o que, além da inesperada surpresa e novidade, não nos pode deixar indiferentes além de nos atirar, literalmente, para um tema do presente que a todos importa. Homem de fé, pio, caridoso, culto, escritor, polifacetado, reformador, pregador, interventor e cardeal da Igreja católica, cabalmente informado sobre a complexa tradição filosófico-teológica ocidental em que se enxertava, Nicolau de Cusa teria inevitavelmente de lavar essa tradição, tendo ao seu dispor um antigo filum teórico conhecido por “teologia dos nomes divinos”. A passagem da reverência ao silêncio e/ou ao crescente aprofundamento das atitudes apofáticas radicara na crise do conhecimento que havia afetado o neoplatonismo pagão (daí a henologia, mormente de Plotino), conquanto o principal e pioneiro instigador da “teologia dos nomes divinos” haja sido um enigmático monge sírio neoplatónico do século V que se ocultara – ou promovera? – sob o estranho nome de Pseudo-Dionísio Areopagita (o/a leitor/a interessado/a dispõe de uma tradução bilingue comentada da sua *Teologia Mística*, Porto, 1996). Mas, de pronto – e eis-nos defronte a uma nova perplexidade ou desafio de um outro núcleo do pensar cusano, de modo alternativo ao Areopagita, conquanto concentrado pelo Cardeal de modo brilhante –, o tema da “doutra ignorância” por este meditado, “explica” o próprio clímax (o verbo entre aspas é um termo técnico cusano), o ápice da teoria ou jogo do pensar que atravessa a melhor, mais rigorosa e comprometida indagação teológica (neste aspeto similar à filosófica, tal como Sócrates ensinara). *A Doutra Ignorância*, não surgia apenas como mero prolongamento do método do inquietador de Atenas, pois sem reacear o “in-finito”, antecipava a finitude cognitiva, moderna descoberta fulcral que a filosofia kantiana haveria de concentrar, à sua maneira embora. Continuava-se, é certo, a falar de homem sábio, ou melhor, racional, mas,

agora, após Nicolau de Cusa, a racionalidade identificar-se-á com a consciência e a interrogação sobre o limite do conhecimento do humano, limite só passível de ser interrogado frente à sua verdadeira fronteira. Quanto ao Infinito, a sua raia absoluta, tal como uma sagrada ignorância, ele emergiria como meta para todo aquele que fosse capaz de pensar maximamente. Enfrentando a sua própria natureza de maximidade “in via cognitionis”, a meu ver também, aquela audaciosa assintota – “pensar maximamente” –, definitivamente introduzida na filosofia pelo também monge, mas do século XI, Anselmo de Cantuária (ou Aosta), aparece-nos rearquitetada pela noção cusana de “máximo”. Aproveito a ocasião para lembrar que, para o bispo de Cantuária, J. M. da Costa Macedo introduziu o excelente termo “extremação” (vd. *Anselmo e a astúcia da razão*, Porto Alegre, 2009). Justamente, Nicolau de Cusa carregará até aos seus últimos anos, encarnando-a, toda a força e radicalidade desta palavra e o extremado trabalho meditativo por ela exigido “explica” o dever de um filósofo por inteiro, de corpo e alma. E o de hoje em dia também.

Com efeito, os três títulos reunidos em versão portuguesa no volume ora em apreço habitam e são habitados sistemática e vitalmente por todo este horizonte, revelando-nos Nicolau de Cusa como um pensador fiel, caso fosse necessário fazê-lo. O primeiro – *Triálogo sobre o poder-é/De possess* (pp. 49-125) – foi escrito no inverno de 1460, enquanto o segundo – *Compêndio/Compendium* (pp. 127-178) – e o terceiro, o mais breve – *O cume da teoria/De apice theoriae* (pp. 179-204) – datam de 1464 (p. 12), isto é, respetivamente, quatro anos antes da morte do cardeal e coincidindo com o exato ano do final da sua vida. À característica fidelidade cusana agregara-se, então, por imperativo biográfico, a conspícua maturidade de uma enigmática palavra final, todavia sempre aberta, por dever e exigências do pensar. Como seria natural, o tradutor do presente tríptico cusano sublinhou competentemente a continuidade e a permanente superação do autor na busca (na “caça”) da melhor palavra para designar o nome de Deus (leiam-se, v.g., as pp. 35, 38 e 41). Mas o que havia acontecido entre a proposta neoplatónica do velho monge sírio e a segura, mas provocadora, reflexão do entusiasmante cardeal alemão? Respondamos de forma rápida: nada mais, nada menos do que a passagem da antiga metafísica do ser e do não-ser (respetivamente uma ontologia e uma meontologia) a uma metafísica do poder. Uma vez que “poder”, no caso do pensador cusano, não é rigorosamente um derivado da “potestas”, e dado que o lugar do nosso autor no itinerário histórico das emergências do possível se apresenta como uma última estação, mesmo correndo o risco de magoar os puristas da nossa língua atrevo-me a sugerir um neologismo para a novidade sem continuação, porém coerente com a idiossincrasia do filósofo alemão: uma possessologia. No íterim desta metamorfose ou “emergência do possível” (volto a empregar o título de 2019 do historicamente informado Kristell Trego), dever-se-ia narrar (se acaso houvesse tempo para o fazer) um devir sustentado por pilares como João Escoto Eriúgena; o facto de a impropriamente chamada “mística renana” dever uma parte do seu cabedal a várias perspetivas relativas à redescoberta de Proclo, assaz coincidente com a atmosfera helenófila do século XIV; ou, por fim, a novidade ockhamista de associar o princípio da filosofia não ao *Êxodo*, mas ao *Credo*, também conhecido por “Símbolo dos Apóstolos”, decerto uma das pérolas textuais mais preciosas esmerada simultaneamente pelo concerto dos homens e da

história (“Creio em um só Deus, Pai todo poderoso [παντοκράτορα/*omnipotens*], Criador...”).

Ninguém melhor do que João Maria André, que devotou – e ainda devota, “Deo adiuvante” – parte da sua rica e fecunda vida a estudar, meditar, ler, pensar, ensinar e escrever sobre Nicolau de Cusa, para nos introduzir na leitura das três obras (pp. 9-42) aqui traduzidas com a competência que devemos reconhecer a quem tem sido tão fiel a um pensador fiel (nas pp.43-48 os leitores encontrarão as fontes e os estudos mais compulsados pelo tradutor com vista a esta publicação). Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, indiscutivelmente o maior especialista português do pensamento cusano e, decerto, um dos mais renomados a nível internacional, com a presente tarefa João Maria André oferece-nos um deveras autorizado e seguro acesso a três joias da literatura filosófica latina, repito, devidamente introduzidas, explicadas e comentadas. “Três”, agora, porque seria injusto omitir-se que, além da mencionada *A Doutra Ignorância*, J. M. André é ainda autor das seguintes versões, num total generoso que perfaz sete títulos: *A Visão de Deus* (Lisboa 1988), *A Paz da Fé seguida de Carta a João de Segóvia* (Coimbra 2002) e *O não-outro* (edição bilingue: Porto 2012). Esta incomum e persistente atividade emerge balizada pela defesa de uma das mais bem escritas teses de doutoramento que me foi dado ler até hoje (*Sentido, Simbolismo e Interpretação no Discurso Filosófico de Nicolau de Cusa*, Coimbra 1992, Lisboa 1997) e escorada de modo firme por inúmeras intervenções em colóquios do maior gabarito científico e filosófico, além de prestigiadas revistas de especialidade (embora extravasando a sua atividade histórico-filosófica, os leitores interessados em inteirarem-se sobre grande parte da enorme e diversificada produção de J. M. A. poderão aceder gratuitamente ao livro que o homenageia, publicado em 2024 pelo “Instituto de Estudos Filosóficos” (IEF), por ocasião do seu aniversário jubilar, intitulado *Concordância e Diferença* (<https://zenodo.org/records/10804520>, pp. 11-23).

Em face de tão fecunda atividade, oxalá João Maria André nos possa brindar a breve trecho com um trabalho mais de tradução da assaz rica e estimulante obra de Nicolau de Cusa – gesto esse tão necessário e urgente, dada a crescente escassez de competência na língua latina e o facto de uma tradução filosófica trazer sempre consigo um gesto filosófico (Wittgenstein *dixit*). Eis, enfim, o que sucede com o presente tríptico, no qual, gostaria de me ater a um ponto, relacionado, já se vê, com a inédita possestologia (a comumente chamada “metafísica do poder”) enquanto arqui-fundamento ou transcendental endonoético, ápice da fecunda problemática dos nomes divinos. Por força das circunstâncias de publicação nesta *Revista*, terei de ser breve, telegráfico mesmo, com uma narrativa que evidencie a emergência do possível e nos exija, por isso, a ultrapassagem do veio aristotélico imanente da potencialidade pela transcendente ou externa virtualidade de um novo conceito, que – repita-se – no seu ineditismo pode ajudar-nos a configurar o tempo atual, em muitas e variadas sendas. Na incessante busca cusana do nome próprio do “Deus trino e uno”, cuja “aparição, mais perfeita do que a qual nenhuma pode ser, é Cristo” (p. 204), a derradeira palavra é, alfim, o “poder-ele-próprio”. Além de situar e explicar de forma clara a ocasião e a concatenação dos três textos agora publicados no fito da palavra derradeira, o tradutor sublinha muito bem o apuramento e esforço cusanos

postos no encontro humano com aquele ápice (pp. 28-42). Implicado, Nicolau de Cusa, no abandono dos conceitos de “potentia” e “possibilis”, lemos que a “metafísica do possível” (pp. 41-42) antecipa aquele “possível” em que E. Bloch fundara o célebre “princípio-esperança” de 1959. Será curial lembrar-se que o nosso tradutor também desenvolveu esta proximidade em artigo publicado em Buenos Aires, em 2010. “O poder de todo o poder”, genitivo semítico, atrevo-me a notar, que, conforme foi oportunamente sublinhado (p. 42), aparece, nada mais, nada menos, do que seis vezes só no *De apice theoriae*, é, como já se percebe, o resultado das ocidentais “metamorfoses da possibilidade” (tal como propunha em 2001, por ocasião do erudito Congresso Internacional conjuntamente organizado por J. M. André e Mariano Álvarez Gómez, a quem presto saudosa homenagem). É que, queiramo-lo ou não, se a forma latina “posse” chegara a Nicolau de Cusa ressoando a solução do tradutor Guilherme de Moerbeke para traduzir o infinitivo aristotélico δύνασθαι (*dynasthai*), ela havia sofrido, depois, a inversão do aristotelismo que só a doutrina da Criação “ex nihilo” pudera trazer e apenas a infinitização da “possibilitas” (*possum*), não a “potestas”, estaria apta a dizer. Se a logicização característica do século XIV fez coincidir o possível com o atual (Ockham) ou com o real-necessário (Escoto), antes, precisamente em 1284 – insisto na data do *Quodlibet* VIII de Henrique de Gand, porque de 2001 para cá ela parece ter passado despercebida – quero dizer, pela primeira vez na história da filosofia, o Gandavense equacionava os próprios termos da Revelação (ponto arqui-médico também para o cardeal alemão) mediante a noção arqui-fundamental de “possibile obiective”. Eis-nos defronte à superação da indigência ôntica farabina e avicenista levada a cabo pelo Gandavense graças à rigorosa (*streng*) transposição de uma transcendência entendida como relação infinitamente pericorética, todavia dinâmica e “produtora” ou criacionista (se pudermos recorrer livremente ao vocábulo técnico divulgado pelo filósofo português Leonardo Coimbra, nos alvares do século XX). Ora, precisamente, é a Revelação cristã que continua a atravessar as doze proposições que constituem o “memorial do cume da teoria” (pp. 197sg), nomeadamente as ## 7, 10 e 11 (pp. 200, 203). Todavia, ela já havia sido pedra de toque para o teólogo de Gand, nos termos provocantes, para a terminologia cusana, porém anselmianos, da “impossibilidade” divina (note-se a referência à “impossibilidade”, ou melhor, à “ausência do poder-ele-próprio” na # 11) que anuncia e enuncia a novidade que é a emergência do possível. O facto de os editores dos *Opera Omnia* não registarem o elo histórico que propus, não é razão para silenciarmos ou ignorarmos o momento documental de 1284; será, talvez, descuido ou ignorância da parte deles. Pessoalmente, encontro-me mesmo entre aqueles que estão convencidos de que importa integrar a noção de “possibile obiective” na narrativa da “libertação dos conceitos aristotélico-tomistas para pensar o princípio” (p. 40), dada a sua inevitável “conotação com o poder no sentido de força ou potestade” e constituindo, por isso, “a raiz do adjetivo possibilis” (p. 41). Acabámos, no fim de contas, de encontrar um momento exato numa metamorfose produtiva – e o seu documento seria o *Quodlibet* VIII – aquela em que o aristotelismo é invertido mediante a palavra chamada a traduzir a inteligibilidade radical do princípio (o possível” na aceção de “ermöglichen”, não de “vermöglichen”). Além de imposto pela Revelação, em ambas as situações, no Gandavense e no Cusano, e sem esquecermos, o passo atrás

surge concitado, requerido e fundado tanto pelo neoplatonismo quanto pela teologia negativa. Atrevo-me a pensar que uma diferença não negligenciável entre o pensador flamengo e o alemão é determinada pelo esforço terminológico ou pela acentuação pós-ockhamista (*potens/posse*) que o Cusano faz gravitar em torno de “posse” e, é claro, pela embraiagem escotista sobre a relação infinito/perfeição (i.e. a correção do argumento anselmiano levada a cabo pelo franciscano). De passagem, lembro que o neologismo “possest” é também uma explicação do arcaísmo lexical “potis sum” > “possum” (“potest”, na terceira pessoa do singular do presente do indicativo; dando “posse” no infinitivo presente e “potuisse” no infinitivo perfeito). Igualmente daqui as costumadas agruras em traduzir-se, também em português, o título “possest” (vd. p. 14, nota), uma dificuldade que, imagino, poderia ser torneada no idioma inglês caso se optasse pelo verbo “to may”. Esclareço que este verbo partilha da mesma raiz indo-europeia do verbo modal “mögen” – *magh – e que a sua característica semântica modal potencial se encontra adquirida a partir do século XVII. A diferença entre Henrique de Gand e Nicolau de Cusa não é, porém, de somenos, longe disso. Além da situação histórico-filosófica acabada de lembrar, ela também resulta da “forma mentis” de dois extraordinários pensadores e escritores. Em ambos, e o mesmo se poderia dizer de Duns Escoto, se regista a presença do tique, mais tarde deleuzeano, de fazer coincidir parte das tarefas filosóficas com a prática do neologismo. Enfim, a substantivação do infinitivo característica do nosso idioma nada acrescenta à noção latina de “possibilis”, tal e qual como no alemão, mesmo no de E. Bloch, ao recorrer a “Möglich/Möglichkeit”, embora já não ao “Noch-Nicht”, nem a “die Hoffnung” (ou, já agora, também não ao seu exato paralelo etimológico inglês, “Hope”, quer na versão de *Rm.* 4, 18 por Wycliff, c. de 1384, quer na do rei James, de 1611). Insisto, sem poder alongar-me: não obstante a letra do tríptico cusano, mais do que com o Aristóteles da δύναμις/“dynamis”, a leitura destes três títulos confronta-nos com a longa história das metamorfoses de “possum”, em que o cardeal Nicolau de Cusa brilhará sempre como estrela matutina e vespertina, isto é, sem igual, mas, ao mesmo tempo, sem continuador. Por isso, se há pouco ousei recordar Leonardo Coimbra, isto não pode ser feito sem deixar-se bem exarado que a evocação remonta à herança portuguesa de uma certa interpretação de Leibniz, vincada na segunda metade do século XIX, não, infelizmente, a qualquer leitura ou conhecimento de Nicolau de Cusa. Numa circunstância precisa, só este “tornou bastante evidente que o poder se igualmente todas as coisas, complica-as e explica-as” (*Compendium*, p. 163), o que, evidentemente, é uma forma de pensar que evita antecipadamente todo e qualquer “coisismo” filosófico (para de novo recorrer ao sugestivo jargão do filósofo português).

Seja-me ainda permitida uma derradeira palavra. A cuidadosa tradução do tríptico vertente por João Maria André foi acolhida numa coleção da Almedina/Edições 70, merecedora do nosso vivo elogio, dado o triste panorama atual das traduções filosóficas no nosso País (seria uma injustiça não evocar Artur Morão, o primeiro diretor da coleção). Penso na qualidade, quantidade e valia dos seus para já 90 títulos traduzidos, a maior parte das vezes com sensibilidade e a competência que, salvo o caso editorial Gulbenkian, parece só ter paralelo com idêntica série outrora fundada por Joaquim de Carvalho e dirigida por Sílvia Lima, na editora Atlântida. Posto que

a coleção “Textos Filosóficos” tem acolhido versões bilingues (vejam-se, v.g. os # 19, 41, 45) tenho pena que Nicolau de Cusa não tenha merecido idêntica dignidade literária e editorial (tornaria mais fácil aos leitores, por exemplo, identificarem uma omissão na última linha da p. 54 “Se é criatura, então é”, e para a qual o próprio tradutor me chamou a atenção). De igual modo, a relevância do autor, a fortuna deste seu tríptico e a erudição do tradutor teriam justificado um “index rerum”. Sendo levado a crer que os leitores menos especializados lucrariam com um maior número de anotações; deixo apenas dois exemplos: a explicação e identificação das referências feitas pelo cardeal de Cusa às suas próprias produções (p. 197); a remissão, nos casos em que isso é praticável (v.g. pp. 97, 102, 136, 147, 152), para as traduções portuguesas dos textos citados ou paralelos. O signatário tem lamentosa experiência didática própria da importância destas pequeníssimas ou quase insignificantes observações.

Quero reiterar que estes escassos e mínimos reparos, ou melhor, que estas me-
ras sugestões, em nada ferem a oportunidade e qualidade deste volume cuja leitura não pode ser reservada apenas a estudantes e professores de filosofia. Gostaria de apostar na sua disponibilidade para aqueles homens e mulheres que, entusiastas do pensar e inebriados por fazê-lo sempre, até ao limite, uma vez lançados neste jogo da vida, ousam, tal como João Maria André, lutar pelo ser, pelo pensar e pela vida. Ou ainda, neste combate sem quartel, imaginaria este tríptico dado como leitura àqueles e àqueles que nunca se refreiam em pugnar contra a ignorância, a demagogia e as ameaças à liberdade humana, decerto vigorados por uma constante reivindicação do “possível-que-há” (ou também, do “haver-possibilidade”). Nos tempos político-sociais assaz conturbados e sinistros que atravessamos, e dada a ambiguidade na nossa língua do nome “poder” – ambiguidade insensível à estulta megalomania de caudilhos de hordas mentecaptas – sou levado a perguntar-me quantos leitores e leitoras haverá capazes de compreender todo o alcance humano e autenticamente libertador da proposta metafísica “arqui-política” de Nicolau de Cusa, conspicuamente sensível à diferença entre “potestas” (o poder) e o neologismo que complica a flexão verbal “potis sum” com a terceira pessoa do singular do verbo ser ou existir (*esse*) a fim de dizer originalmente o próprio ser da possibilidade (“O Ele é possível é” ou “O Possível que é”).

Mário Santiago de Carvalho

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras

Unidade de I.&D. “Instituto de Estudos Filosóficos”

Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação

ORCID: 0000-0002-8257-9962

Email: carvalhomario07@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_69_13